

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO NORTE 1 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais

CAPS - Centro de Apoio Psicossocial

CAS - Coordenadoria de Assistência Social

CCA - Centro da Criança e do Adolescente

CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social

COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

FAS - Fórum de Assistência Social

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IML - Instituto Médico Legal

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Municipal

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MP - Ministério Público

MSE - Medidas Socioeducativas

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

NOB - Norma Operacional Básica

NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social

NSE - Núcleo Sócio Educativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas Estadual
TCM - Tribunal de Contas Municipal
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Norte 1

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

- Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**
- Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**
- Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

Apresentação

A Conferência Regional de Assistência Social Norte 1, aconteceu no dia 30 de junho de 2009 e abrangeu os distritos: Santana, Tucuruvi, Jaçanã, Tremembé, Vila Maria e Vila Guilherme. O evento ocorreu nas dependências da Unisantana, Rua Voluntários da Pátria, 257 no bairro de Santana, sendo que o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8 horas e a plenária final encerrou-se por volta das 18 horas e 30 minutos.

Estavam presentes 197 (cento e noventa e sete) participantes, dos quais 188 (cento e oitenta e oito) inscritos, sendo eles 34 (trinta e quatro) usuários do SUAS, 72 (setenta e dois) trabalhadores da rede socioassistencial, 56 (cinquenta e seis) de organizações sociais, 20 (vinte) representantes do poder público e 06 (seis) de outras categorias não identificadas.

A Conferência Regional cumpriu com a programação prevista sem nenhuma alteração no cronograma.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADORA	PAULA LUSA B. O. SOARES
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	DANIELA A. DIAS DE SANTANA
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	SHIRLEY H. S. MARGULHANO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	ANTONIA REGINA DE ARAUJO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	UILMA SILVA FERNANDES
PODER PÚBLICO	TITULAR	MARIANA ALVES DA MATA
PODER PÚBLICO	TITULAR	THEREZINHA SANTOS MÁXIMO
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADORA	ROGÉRIA APARECIDA DA SILVA

FALTAM RELATORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS/SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I - Um Coordenador da Mesa

II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;

III - Um representante da CAS;

IV - Um representante da Sociedade Civil;

V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional,

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região *ad referendum* do plenário.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

-Dar início aos trabalhos

-Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário

-Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

-Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno

-Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

* Conselheiros Municipais de Assistência Social;

* Representantes do Poder Público;

* Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;

* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

* Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

* Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 10h30, salvo exceção aprovada pelo plenário do credenciamento do Sr. Paulo Carneiro Lopes, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do sub grupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de Inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Sub Grupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Sub Grupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2.º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual, deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde até às 12h, para realização da confirmação do credenciamento e escolha do sub grupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§ 1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/entraves, apresentando os Relatórios dos Sub Grupos para deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Sub grupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§ 3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão propor quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS”.

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

Conforme proposição da Mesa, à exceção do horário do credenciamento já deliberado pela plenária, a comissão regional terá autorização para fazer ajustes na programação quando houver necessidade.

*8h00 às 10h20 - Credenciamento;

*9h30 às 10h00 - Solenidade de Abertura;

- *10h00 às 10h30 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional
- *10h30 às 10h45 - Orientações da Comissão Central
- *10h45 às 12h00 - Conferir as deliberações de 2007
- *12h00 às 13h00 - Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos
- *13h00 às 14h00 - Intervalo para refeição
- *14h00 - Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual
- *14h00 às 14h45 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”
- *14h45 às 16h00 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.
- *16h00 às 17h00 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.
- *17h00 às 17h30 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

- I - Abrir e orientar a discussão;
- II - Esclarecer dúvidas;
- III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso Ou maioria simples;
- V - Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registrados por meio auditivo, sendo de responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão PROPOR em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para a Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pelo plenário e moções.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO/OESTE

- * CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé
- * CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

- * SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha
- * SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

- * LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista
- * LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as) Titulares e Suplentes, observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha das Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso IV.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento, devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-à nova votação e ocorrendo novo empate haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional *ad referendum* do plenário.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

A mesa de abertura da Conferência Regional foi composta pela Sra. Terezinha Colaneri dos Reis, coordenadora de assistência social da região Norte; Sra. Bete Valeta, representando o poder publico em nome da secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo Alda Marco Antônio, Sra. Paula Luza Soares da

Ação Sócio-Cultural Promove, representante da sociedade civil e Sr. Carlos Nambu, representante o Conselho Municipal de Assistência Social COMAS/SP.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Terezinha Colaneri dos Reis - “Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Nós preparamos um texto para a abertura desta conferência.”¹

Bete Valeta - “Quero em meu nome, em nome da secretária Alda Marco Antonio, e na pessoa da Terezinha, agradecer a participação de todos nessa conferência. Para mim é muito bom estar nessa região, na medida em que fiz a maior parte da minha carreira profissional aqui na região de Santana. Eu tenho participado de todas as pré-conferências, desde o dia 17, mas essa pra mim tem um gostinho especial, na medida que eu sou moradora da região e já trabalhei aqui. Então é muito bom estar aqui e é preciso que a gente reforce a participação. O tema dessa conferência é a participação e o controle social. E a gente só vai conseguir desenvolver esse trabalho de forma mais eficaz se houver efetivamente a participação de todo mundo nesse processo. Então eu quero agradecer a todos e que a gente tenha um excelente dia de trabalho. Obrigada.”

Paula Lusa Soares - “Bom dia a todos e a todas! Hoje é um dia de trabalho de modo diferenciado, uma vez que todas as instâncias da sociedade se reúnem com o objetivo de olharem o desenvolvimento da política de assistência social na cidade de São Paulo, mais especificamente nos nossos distritos. É um trabalhar a e na democracia participativa efetivamente. É um dia de trabalho responsável, por quanto devemos refletir consensualmente o fazer social à luz dos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da assistência social. O tema participação e controle social no SUAS é provocador porquanto nos encaminha a fazer parte de uma forma eficiente e eficaz; e nos possibilita uma reflexão e ação mais profunda do que seja o controle social. É um dia que nos desafia a assumir o nosso papel protagonista na consolidação do SUAS com vistas à construção de uma sociedade justa e solidária. Somos hoje mais do que nunca pares nesta caminhada. Bom dia a todos, um bom dia de trabalho!”

¹ O conteúdo está no anexo 1.

Carlos Nambu – “Bom dia a todos e a todas! Em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar a Comissão Regional pelo belo trabalho, se não essa conferência não teria acontecido. E também gostaria de registrar a presença dos conselheiros Jorge e Simon. E também acho que essa conferência não aconteceria sem o trabalho da Comissão Central: temos aqui o Dirceu, a Valéria, Elisabete, Nazaré, José Wilson. E em nome da Paula, representante da sociedade civil, eu queria parabenizar a presença dos usuários, dos trabalhadores, entidades e organizações. Em nome da Terezinha também parabenizar a participação do poder público nesse espaço da democracia participativa que é a Conferência. E nós também temos aqui presentes, que também são pauta de discussão da reflexão da participação e controle social o FAS (Fórum Municipal de Assistência Social), o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que são os movimentos que começaram lá atrás a luta pela mudança da Constituição e que depois continuaram seus trabalhos nos seus fóruns específicos. Temos o COMAS também presente, que é um espaço deliberativo paritário e é um grande instrumento do controle social. E ela tem a participação da sociedade civil, onde mostra a horizontalidade do poder público e da sociedade civil na construção e controle das políticas públicas de assistência social. E a parte mais importante no dia de hoje são todos vocês, os conferencistas. Então todos estão de parabéns pela participação.”

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 – Controle Social, eixo 2 – SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 – Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 - Controle Social

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	SIM	MÉDIO	INSATISFATÓRIO	Recursos financeiros, falta de participação popular, e a Secretaria não apresentou de forma imparcial.
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Acesso de informação do poder e das ONG'S.
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	A falta de informação.
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Recursos financeiros, falta de participação popular, e a Secretaria não apresentou de forma imparcial.
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de estrutura capacitação de funcionários, barreiras arquitetônicas.
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Divulgação, falta de recursos, a sociedade civil não está prevista no processo.
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	SIM	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	A implantação dos CRAS e dos CREAS, mapeamento do território não é fidedigna.
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	NÃO	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de divulgação, informação

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ ENTRAVES
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO	CURTO PRAZO		
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Falta de interesse tanto do poder público, entidades, trabalhadores e usuários.
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	SIM	MÉDIO	INSATISFA-TÓRIO	Falta mobilização e vontade tanto do poder público quanto das organizações, pois os usuários não participam dos Fóruns devido ao não entendimento.
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	SIM	MÉDIO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Falta da participação popular e do poder público.
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersetorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	NÃO	MÉDIO PRAZO	NÃO EFETIVADA	Falta de vontade política, e mobilizações.
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	SIM	MÉDIO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Redução das verbas para acontecer a conferência, falta de planejamento das agendas.
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	NÃO	MÉDIO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Dificuldade com a infra- estrutura assim como a locomoção dos usuários para chegar até os serviços.

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ ENTRAVES
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	NÃO AVALIADA			
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	SIM	LONGO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de mobilização, recurso para os usuários participar das conferências.
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole	NÃO	LONGO PRAZO	NÃO EFETIVADA	Falta de articulação política.
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO	NÃO EFETIVADA	
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Cortes de verbas no orçamento da SMADS (particularmente acentuado quanto ao Fundo municipal da AS) efetuados pelo Poder Executivo através da Secretaria de Planejamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS (%)	DIFICULDADES/ ENTRAVES
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática "08- Assistência Social", integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFA- TÓRIO	Corte no orçamento.
RELATÓRIO FINAL					
A efetivação do controle social tem como grande dificuldade a falta de vontade política e no processo executado pela SMADS não contempla a participação da sociedade civil.					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	NÃO	CURTO PRAZO		Recursos Humanos e espaço físico, inclusive porque não contempla a acessibilidade
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	NÃO	CURTO PRAZO		Usuário não tem conhecimento da Política Pública; Falta comunicação entre os parceiros;
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	SIM		INSATISFATÓRIO	Precisa de orçamento para contemplar RH e infra-estrutura
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta Recursos Humanos e infra-estrutura;

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO	CURTO PRAZO		É preciso a compreensão acerca da linha da SMADS sobre o que é o trabalho com família, a metodologia e falta os RH e infra
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV-profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	SIM		INSATISFATÓRIO	Faltam os recursos financeiros;
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO			Falta informação sobre a concessão
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Não atende a demanda
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO	CURTO PRAZO		Faltam os recursos financeiros e Recursos Humanos
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO	CURTO PRAZO		Indefinição dos papéis das Secretarias da Saúde e de AS
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO			
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	NÃO			
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	SIM			
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	SIM			
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	SIM			
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	NÃO			
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	NÃO			
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	NÃO			
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.	NÃO			
23	Ampliar e implementar programas para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.	NÃO			
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.	NÃO			
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.	NÃO			
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.	NÃO			
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.	NÃO			
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.	NÃO			
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.	NÃO			
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.	NÃO			
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.	NÃO			
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.	NÃO			
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).	NÃO			
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.	NÃO			
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	-	-	-	-
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.	SIM			
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.				
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.				
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.				
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.				
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.				
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).				
45	Ampliar o número de Telecentros.				
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).				
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.				
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.				
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.				
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.				

RELATÓRIO FINAL

Efetivadas: 7
 Não efetivadas: 29
 Não avaliadas: 16, sendo por 15 por tempo e 1 (36) porque o grupo não se sentiu com informações suficientes;
 A SMADS precisa definir sua linha metodológica de trabalho com famílias;
 A proposta nº 35 não compete à Assistência Social e sim à Habitação;
 Foram muitas propostas a serem avaliadas para um tempo muito curto.
 Como o tema do SUAS era muito amplo, seria interessante dividir o grupo em dois.
 Os itens avaliados contemplaram exclusivamente a regional

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

META	PROPOSTAS	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Houve a implantação das CAS mas não atrelado a subprefeitura. Faltou o entendimento político da Assistência, por uma mudança na gestão e uma não compreensão do caminho que a Assistência estava seguindo.
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	O concurso foi realizado mas os aprovados foram remanejados para outras áreas.
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de informação
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de RH
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de recursos humanos
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de RH/falta de infraestrutura/falta de repasse de recursos
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO	CURTO PRAZO		Investimento financeiro/falta de vontade política
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	SIM	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Falta de investimento financeiro

META	PROPOSTAS	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	SIM	MÉDIO PRAZO	SATISFATÓRIO	Falta de investimento/pouco recurso é destinado para essa capacitação/falta de interesse, disponibilidade por parte dos trabalhadores/falta de vontade política
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de recursos/falta de programas intersecretariais/falta de vontade política
Relatório final					
<p>Nenhuma meta foi plenamente efetivada. Metas não efetivadas: 1,3,5,6,7 e 10 Metas efetivadas insatisfatoriamente: 2,4 e 8 Metas efetivadas satisfatoriamente: 9 As maiores dificuldades e entraves apontados pelo grupo foram a falta de recursos, falta de vontade política e a falta de Rede intersecretarial.</p>					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	NÃO	CURTO PRAZO		Apesar do corte orçamentário ocorrido neste ano, a meta deve ser incluída no orçamento do próximo ano; a peça orçamentária nem sempre é encaminhada com tempo hábil para análise e alterações pelo COMAS; não houve encaminhamento das propostas do FAS.
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	NÃO	CURTO PRAZO		As diferentes demandas em cada distrito da região nem sempre são contempladas no planejamento e destinação dos recursos; corte no orçamento da AS; necessidade de considerar, além do ajuste IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) a territorialização; as propostas encaminhadas pelo FAS não foram implementadas. O orçamento não foi encaminhado em tempo hábil para avaliação do FAS

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRI O	Dificuldade para diferenciar o que deve ser destinado para ampliação de serviços e atendimento direto; corte de recursos no orçamento da SMADS.
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	SIM			
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	SIM		INSATISFATÓRI O	A base de custeio definida não atende a demanda dos serviços. As propostas do FAS não foram implementadas.
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMS.	NÃO	CURTO PRAZO		A construção do orçamento não permite tempo hábil para discussão com a sociedade; as propostas encaminhadas pelo FAS não foram implementadas.

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	SIM			
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO	CURTO PRAZO		A assistência social não é prioridade de grande parte dos gestores públicos; o papel deliberativo dos conselhos não é respeitado.
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	NÃO	CURTO PRAZO		Ausência dos usuários nos conselhos; pouca mobilização da população de forma geral, em especial dos usuários.
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO			Falta de acesso a informações para democratizar a participação dos usuários.
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/ SUAS.	NÃO	CURTO PRAZO		A relação do poder público com a sociedade civil é ainda bastante unilateral;

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	SIM			
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	SIM			
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de prioridade dos gestores públicos do poder executivo com relação a as; ausência de elaboração de leis pelo poder executivo.
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Ausência do estado na garantia dos direitos sociais. Neoliberalismo e Estado Mínimo
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo				

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes				
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).				
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.				
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.				
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.				
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.				
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.				
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.				
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.				
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.				

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.				
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.				
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.				
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).				
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.				
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.				

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.				
RELATÓRIO FINAL					
<p>O grupo não conseguiu avaliar todas as propostas devido à falta de tempo, optando por discutir com maior profundidade o que fosse possível (15 propostas).</p> <p>Das propostas avaliadas: Não foram efetivadas: 7 (1, 2, 6, 8, 10, 11 e 14); Foram efetivadas plenamente: 4 (4, 7, 12 e 13); Foram efetivadas de forma insatisfatoriamente: 3 (3, 5, e 15).</p> <p>Entre as principais dificuldades estão: - Falta de entendimento sobre os termos técnicos utilizados; - Falta de sensibilidade dos gestores com relação às; - Corte no orçamento da Assistência Social</p>					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra² “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Abigail Torres que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática.

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

² O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
O processo histórico da sociedade civil com o meio da participação e mobilização social, na realização das três primeiras conferências e na implantação do COMAS.	Desarticulação dos fóruns Insuficiência de conselheiros para o número de habitantes COMAS centralizado e sem capilaridade	1. A eleição dos conselheiros municipais da sociedade civil ocorra na própria conferência municipal sob a coordenação do fórum as. 2. Retomar os fóruns de assistência social da MG e fortalecer os fóruns Santana/Jaçanã, fortalecer a articulação dos Fóruns da Norte 1. 3. Realizar estudo para avaliar a proporcionalidade de conselheiros do comas tendo em vista o número de habitantes. 4. Criar os conselhos gestores nos CRAS com ampla participação dos usuários, os quais passam a ser o elo com os fóruns regionais e comas 5. Sistematizar reuniões unificadas entre os diversos conselhos municipais (COMAS/CMDCA/conselho de monitoramento/conselho de saúde/habitação) para garantir os direitos socioassistenciais. 6. Retomar o papel do comas como órgão de controle social e deliberação.

		<p>7. COMAS amplie os canais de comunicação, publicação das ações.</p> <p>8. Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento participativo da política.</p> <p>9. Que a comissão central encaminhe os dados de identificação dos conferencistas para a comissão regional visando a continuidade da articulação local.</p> <p>10.Receber por email o resultado das pré-conferências 2009 (comas)</p> <p>11.Efetivar a intersetorialidade entre todas as políticas que complementem a as, tais como saúde, educação, habitação, lazer, esporte, cultura, trabalho e outros. (proposta FAS)</p> <p>12.Realizar interconferência da cidade de São Paulo, envolvendo a participação das demais políticas públicas, avaliando as deliberações ocorridas em cada uma das conferências setoriais. (proposta FAS)</p> <p>13.COMAS criar comissão de monitoramento e controle das deliberações da VII e VIII Conferência da Assistência Social, tendo em vista o formato deliberado em 2007</p>
--	--	---

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Legislação – que coloca o usuário como sujeito de direitos; centralidade da família	Usuários obter informações claras sobre benefícios e direitos socioassistenciais; Dificuldade em assegurar a frequência do usuário nos projetos; Elaborar estratégia que enfraqueça ou rompa com a ideologia imposta pelo tráfico; Não há orçamento suficiente que sustente as ações estratégicas para possibilitar o trabalho educativo do usuário; Falta de unicidade do entendimento do SUAS pelos trabalhadores e dirigentes de entidades;	<ol style="list-style-type: none"><li data-bbox="1173 435 1966 547">1. Prever no orçamento recursos que possibilitem a presença do usuário no processo de participação nas proposições de políticas públicas (Poder Executivo)<li data-bbox="1173 595 1939 667">2. Ampliar os espaços em que os usuários discutam a política de AS (Poder Público)<li data-bbox="1173 715 1980 826">3. Fortalecer as redes socioassistenciais (Poder Público – Secretarias de Saúde, Habitação, Educação, Segurança..., CRAS, Entidades);<li data-bbox="1173 874 1951 986">4. Alterar, na LOAS, para 1/2 salário mínimo <i>per capita</i> o critério de corte para contemplação do BPC (Poder Executivo);<li data-bbox="1173 1034 1966 1145">5. Desafio de implementação: Legislação – que coloca o usuário como sujeito de direitos; centralidade da família

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e
Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<ol style="list-style-type: none"><li data-bbox="1171 435 2013 707">1. Criar um canal de informação, propiciar a formação (capacitação) contínua de trabalhadores do setor, usuários, de mandatários da AS e dirigentes dando visibilidade às políticas públicas aos serviços de caráter socioassistencial. <u>Responsáveis: SMADS, COMAS e Gestores e executores da política</u><li data-bbox="1171 754 2013 994">2. Fortalecer e efetivar a Rede intersetorial através de ações regulamentadas por portarias, Projetos de Lei e decretos intersecretariais visando a garantia dos direitos socioassistenciais <u>Responsáveis: SMADS, CAMARA MUNICIPAL, Poder Executivo.</u><li data-bbox="1171 1042 2013 1153">3. Garantir que a eleição dos conselheiros da Sociedade Civil se dê nas Conferências municipais, estaduais e nacional.<li data-bbox="1171 1201 2013 1343">4. Que sejam criadas comissões locais de participação e fiscalização em todos os serviços da rede socioassistencial, composta por usuários e moradores da comunidade.

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
	<p>Revogação do Orçamento Participativo no Município de SP;</p> <p>Falta de vontade política e resistência dos governos para sua implantação nos níveis estadual e federal;</p> <p>A dotação mínima de orçamento para AS é deliberação em todas as Conferências, e sua não implementação se configura como falta de respeito à sociedade;</p> <p>Oportunismo de setores alheios à AS que buscam renúncia fiscal dissimulada - Conflito de interesses econômicos e políticos.</p> <p>Resistência da elite dominante - Conflito de interesses econômicos e políticos</p>	<p>1. Implantação do Orçamento Participativo em todas as esferas de governo, <u>ESPECIALMENTE NA SMADS</u>, garantindo a participação da sociedade civil na elaboração do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual), com acompanhamento e Controle Social da execução, com elaboração de cartilha popular, para articulação e conscientização das comunidades quanto à importância de constar no PPA as metas de execução da Política Pública da Assistência Social, sem a qual não ocorre a previsão orçamentária da Pasta. <u>Responsáveis: Poder Executivo em todas as esferas, Fóruns e Conselhos.</u></p> <p>2. Dotação de no mínimo 5% de arrecadação para a AS, no âmbito de municípios, estados e federação, fundamentados nos artigos 204, 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 e relativos à vinculação da CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido) e o Cofins. <u>Responsáveis: Poder executivo, legislativo, Conselhos e Fóruns em todas as esferas de governo.</u></p> <p>3. Garantir que as deliberações das Conferências sejam incluídas no PPA, nos Planos de Metas e nos planos de ação dos Conselhos nos três níveis de governo.</p>

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<p><u>Responsáveis: Poder executivo, legislativo, Conselhos e Fóruns em todas as esferas de governo.</u></p> <p>4. Que a inscrição das entidades no COMAS seja somente para aquelas vinculadas à AS, de acordo com o proposto pelo PL 3021 - CEBAS (Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social).</p> <p><u>Responsáveis: Fóruns, Conselhos de Assistência, e Coletivos de entidades.</u></p> <p>5. Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a renda do trabalhador e o consumo (principalmente gêneros de primeira necessidade) e onere o capital e o consumo de supérfluos (por exemplo, cigarro, bebidas alcoólicas, grandes fortunas e heranças).</p> <p><u>Responsáveis: Poder executivo, legislativo, Conselhos e Fóruns em todas as esferas de governo.</u></p>

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
2	Falta de divulgação e preparação dos usuários sobre o que podem reivindicar;	1. Realizar as conferências em dias e horários compatíveis com os horários de trabalho dos usuários (p. ex. fim de semana);
3	O Usuário tem que dispor de recursos financeiros próprios para participar das conferencias. Transporte Alimentação Divulgação Acessibilidade Período muito longo de conferencia	1. Usuário ter um subsídio de participação 2. Dividir a conferencia em dois dias garantindo a presença de um número maior de trabalhadores e considerando também a tolerância do tempo, principalmente para os idosos. Salientamos a importância da adaptação do material para o segmento da terceira idade. 3. Criar metodologia que propicie a participação do usuário nas Conferências (COMAS, FAS)
4	O grupo não discutiu por falta de tempo.	O grupo não discutiu por falta de tempo.

6. Moções referendadas na Conferência Regional

Moção de apoio

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós Conferencistas da pré-conferência de assistência social da região Norte 1, apoiamos o PL 3077/08, tornando o SUAS lei, e o PL 3021/08 que preconiza que as inscrições no COMAS sejam apenas para as entidades de Assistência Social.</p>	
<u>Observações</u>	
<p>A moção segue assinada por 21 pessoas.</p>	

Moção de repúdio à redução da maioria penal

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós delegados presentes na Conferência Regional da Assistência Social, repudiamos com toda veemência a proposta de emenda constitucional favorável à redução da idade penal, em tramitação no senado.</p> <p>Sem o cumprimento integral do ECA - Lei federal 8069-90, qualquer proposta nessa direção é cruel, injusta e demagógica.</p> <p>Considerando que os presídios hoje não cumprem seu papel na sociedade e estão sob o comando de organizações criminosas, tal medida será a oficialização da entrega de nossos adolescentes ao seu já numeroso exército.</p> <p>A sociedade esta atenta! Os senadores (as) que votarem favoravelmente serão considerados os “Herodes do terceiro milênio e paladinos da ilegalidade”, uma vez que entendemos ser esta mudança inconstitucional, por tratar-se de clausula pétrea, constante do capítulo dos direitos fundamentais da pessoa humana.</p>	
<u>Observações</u>	
<p>A moção segue assinada por vinte pessoas.</p>	

7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos - usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

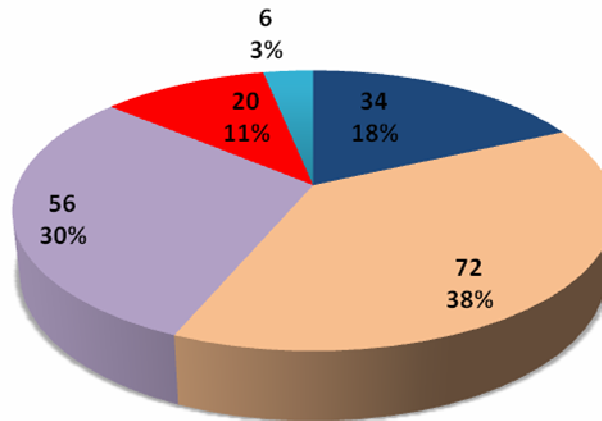
Na plenária final foram escolhidos 26 (vinte e seis) delegados titulares para participarem com direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal de São Paulo, sendo 03 (três) representantes dos usuários do SUAS, 14 (quatorze) representantes dos trabalhadores e 09 (nove) representantes de organizações sociais. Não foram escolhidos delegados suplentes. Foi escolhido 01 (um) observador.

7.1. Participantes inscritos

Das 188 (cento e oitenta e oito) pessoas que assinaram a Lista de Presença 09 (nove) pessoas entregaram a ficha de inscrição conforme previsto no Regimento, sendo 34 (trinta e quatro) usuários do SUAS, 72 (setenta e dois) trabalhadores da rede socioassistencial, 56 (cinquenta e seis) de organizações sociais, 20 (vinte) representantes do poder público e 06 (seis) de outras categorias não identificadas.

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência NORTE 1

■ Usuários ■ Trabalhadores ■ Organizações Sociais ■ Poder público ■ Outros



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Álvaro Augusto N.C. Branco
2. Fernanda Daniela Matias
3. Maria Sueli O. Fontes

Segmento: Trabalhadores

1. Allan Francisco Carvalho
2. Antonia Regina de Araújo Keller
3. Ariovaldo Paes de Oliveira Neto
4. Ir. Suely Aparecida Borges
5. Juliana Rodrigues Liberado
6. Maria Aparecida Nery da Silva
7. Maria José de Barros Santos
8. Mirian Cristina Zaccarias
9. Natanael de Jesus Oliveira
10. Paulo Carneiro Lopes

- 11. Roseli Camarda**
- 12. Terezinha Pinto Ribeiro**
- 13. Uilma Silva Fernandes**
- 14. Vera Lucia Bastos Miranda**

Segmento: Organizações Sociais

- 1. Antonia Regina de Araújo Keller**
- 2. Ir. Suely Aparecida Borges**
- 3. Juliana Rodrigues Liberado**
- 4. Maria José de Barros Santos**
- 5. Mirian Cristina Zaccarias**
- 6. Natanael de Jesus Oliveira**
- 7. Roseli Camarda**
- 8. Terezinha Pinto Ribeiro**
- 9. Uilma Silva Fernandes**

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

Não houve representação.

Segmento: Organizações Sociais

Não houve representação.

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

- 1. Maria Aparecida Cruz de Souza**

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

- 1. Vivian da Cunha Soares Gaveia**
- 2. Ana Maria de Sampaio Leite Guedes**
- 3. Dirceu Omae**
- 4. Iria de Nazaré Campos Palhau Pinto**
- 5. Rogéria Aparecida da Silva**
- 6. Viviane Patrício Delgado**
- 7. Saimon Leal Pereira**

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nesta Conferência Regional foram entregues por parte dos participantes 09 (nove) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* 78% (sete avaliações), indicaram como EXCELENTE ; no item *palestra* 45% (cinco avaliações) também indicaram o processo como EXCELENTE e 44% (quatro avaliações) como BOM; no item *trabalhos em grupo* 56% (cinco avaliações) indicaram como BOM, enquanto 44%(quatro avaliações) indicaram como REGULAR; no item *infra-estrutura* 56% (cinco avaliações) indicaram como BOM. No quesito *organização geral do evento*, a maioria 56% (cinco avaliações) apontaram como BOM o processo.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	07	02	0	0
<i>Palestra(s)</i>	04	05	01	0
<i>Trabalhos em grupos</i>	0	05	04	0
<i>Infra-estrutura</i>	02	05	02	0
<i>Organização geral do evento</i>	02	05	02	0

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

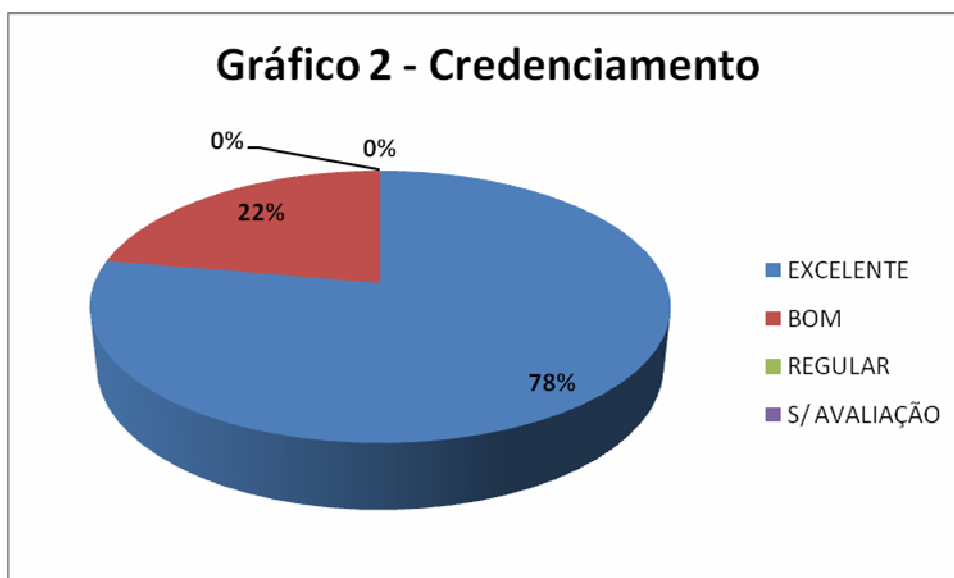


Gráfico 3 - Palestra(s)

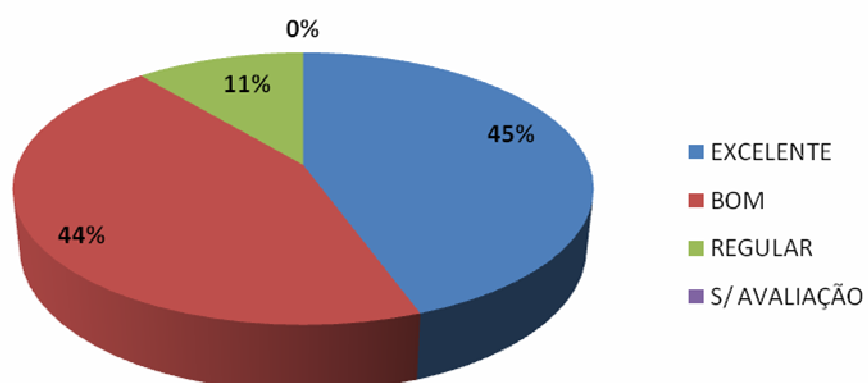


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

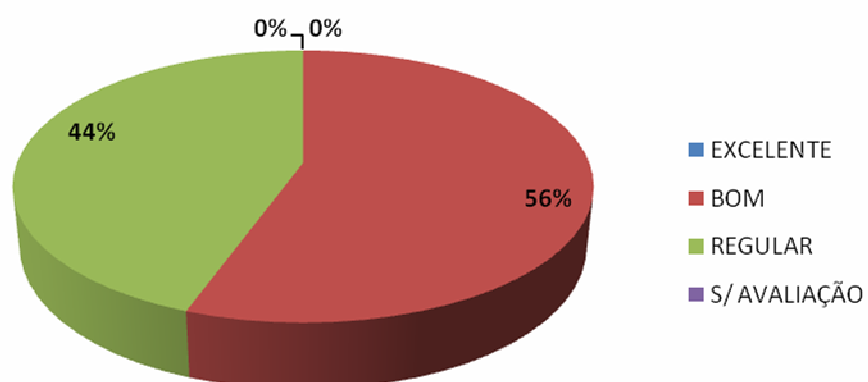


Gráfico 5 - Infra-estrutura

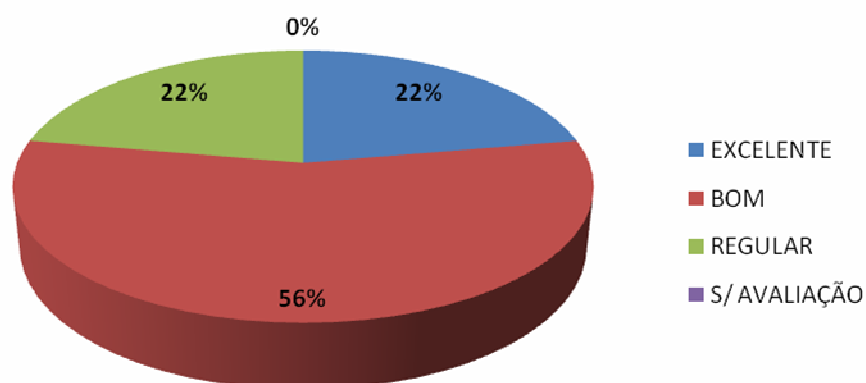
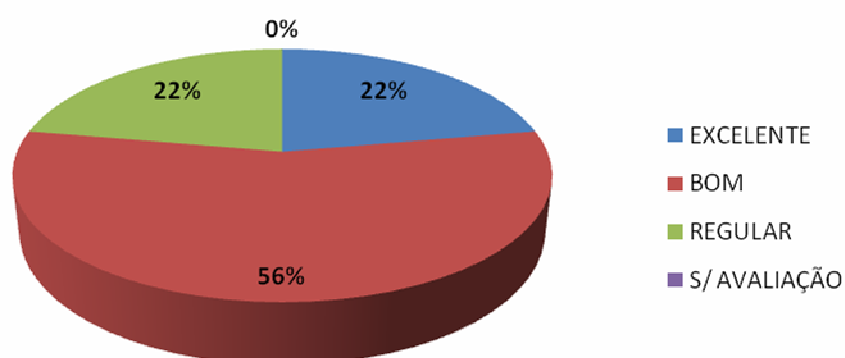


Gráfico 6 - Organização geral do evento



9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

• Sugestões

1. Realizar a Conferência Regional em dois dias. (03).
2. Utilizar dos recursos da informática para agilizar o processo de avaliar a efetivação das propostas.
3. Promover debates e discussões antes da Conferência.

4. Estabelecer que o período da manhã seja somente para discussões.
5. Respeitar os horários. (02).
6. Aumentar o tempo para as discussões nos grupos de trabalho.
7. Trabalhar e preparar com antecedência toda a equipe que acompanhará os trabalhos na Conferência.

- **Críticas**

1. Faltou tempo acessível para realizar os trabalhos.
2. Deixou muito a desejar os relatórios finais.
3. Prejudicou muito a discussão o fato de que as falas em muitos momentos foram contidas.

- **Elogios**

1. Excelente palestra.

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Srª Secretaria determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de

Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providência pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providências quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providência* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão

do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriedade e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”³

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

³ Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosangela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus "*benfeitores*" condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática - exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Álvaro Augusto N.C. Branco	RG: 11.426.567-7
	Endereço: Rua Urupiará, 99 Carandirú	
	Telefone: 7311-4221	e-mail: Não tem acesso
2	Nome: Maria Sueli O. Fontes	RG: 22.741.981-9
	Endereço: Gaudêncio Barbosa, 55 - Jd Julieta	
	Telefone: 6537-4880	bemvidasuely@gmail.com
3	Nome: Fernanda Daniela Matias	RG: 39.336.236-8
	Endereço: Rua Alcântara Machado, 886-Mooça	
	Telefone: 9867-5838	e-mail: Não tem acesso

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Allan Francisco Carvalho	RG: 13700253-1
	Endereço: Rua Frei Melchior, 238 - Jd. São Paulo	
	Telefone: 2976-2350	E-mail: allancarvalho2008@gmail.com
2	Nome: Maria Aparecida Nery da Silva	RG: 19269477
	Endereço: Rua 18 de fevereiro, 380 Chácara Mafalda	
	Telefone: 9261-2927	E-mail: miudasecgeral@sitraemfa.org.br
3	Nome: Ariovaldo Paes de Oliveira Neto	RG: 24410605-8
	Endereço: Rua Henrique Leitão, 393- Vila Maria	
	Telefone: 2955-5256	E-mail: aripaes@hotmail.com
4	Nome: Vera Lucia Bastos Miranda	RG: 19268846
	Endereço: Rua Andrinópolis, 41- V. Amélia	
	Telefone: 2233-7808	E-mail: vmiranda21@yahoo.com.br
5	Nome: Paulo Carneiro Lopes	
	OBS: AUSENTE, MAS FOI APROVADO EM CONDIÇÃO ESPECIAL (FALTAM DADOS)	

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Natanael de Jesus Oliveira	RG: 21956279
	Endereço: Rua Amambaí, 1415	
	Telefone: 2954-2547	e-mail: flsbad@casadomacario.org.br
2	Nome: Antonia Regina de Araújo Keller	RG: 3366426-2
	Endereço: Rua Enotria, 56 aptº 84 - Tucuruvi	
	Telefone: 7449-7086	e-mail: croph@uol.com.br
3	Nome: Juliana Rodrigues Liberado	RG: 39.336.236-8

	Endereço: Rua Profª Ida Kolb, 225 Bl-11 aptº 144	
	Telefone: 8753-9491	e-mail: ju_liberado@hotmail.com
4	Nome: Mirian Cristina Zaccarias RG: 16468535-2	
	Endereço: Rua Dom Luis Felipe de Orleans, 194	
	Telefone:2901-3471	e-mail: micris08@hotmail.com
5	Nome: Terezinha Pinto Ribeiro RG: 5685840-1	
	Endereço: Rua Alcides Leonel, 125	
	Telefone: 2995-2611	e-mail: starsprluti@ig.com.br
6	Nome: Uilma Silva Fernandes RG: 8747377	
	Endereço: Rua Maria Lucinda, 193 Aptº 14	
	Telefone: 2849-0396	uilma.fernades@ig.com.br
7	Nome: Ir. Suely Aparecida Borges RG: 884879-MG	
	Endereço: Rua Izidro Ortiz, 603 – Vila Sabrina	
	Telefone: 2201-2439	e-mail: solbrasil6@hotmail.com
8	Nome: Maria José de Barros Santos RG: 161183803	
	Endereço: Rua Alonso Peres, 999 – Vila Sabrina	
	Telefone: 2209-1616/ Cel:6481-7901	e-mail: mzeze54@hotmail.com
9	Nome: Roseli Camarda RG: 59926557	
	Endereço: Rua Ângelo da Silva, 150 Bl.1 Aptº 54 B	
	Telefone:2204-9346/ Cel 7391-9283	e-mail: prssantana@santalucia.org.br

Observadores à VIII Conferência Municipal

1	Nome: Maria Aparecida Cruz de Souza RG: 5642932	
	Endereço: Rua Pedro Madureira, 618 aptº 05 – Jd. São Paulo	
	Telefone:2609-3057	E-mail: cida_cruz_souza@hotmail.com

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

	NOME	EMAIL	TELEFONES
1	Vivian da Cunha Soares Gaveia	vcgaveia@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3966 1802/(11) 8323 7195
2	Ana Maria de Sampaio Leite Guedes	aguedes@prefeitura.sp.gov.br	(11) 5571 6891/(11) 9964 2704
3	Dirceu Omae	dirceuomae@hotmail.com	(11) 8331 2015
4	Iria de Nazaré Campos Palhau Pinto	ipalhau@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2201 2609/(11) 9627 2243
5	Rogéria Aparecida da Silva	rogeriasocial@uol.com.br	(11) 2992 3008/(11)9448 2519
6	Viviane Patrício Delgado	vivianedelgado@uol.com.br	(11) 2091 0731/(11) 9126 6765
7	Saimon Leal Pereira	saimonleal@hotmail.com	(11) 2204 9473/(11) 7861 2164